

É PRECISO DERROTAR BOLSONARO, NAS URNAS E NAS RUAS!

**Intensificar nossa luta contra qualquer
um que ataque nossos direitos!** Págs. 02-03



SINDICATO DOS
TRABALHADORES NO
SERVIÇO PÚBLICO
FEDERAL DO ESTADO
DE SÃO PAULO

177

OUTUBRO 2018

FILIADO À



FANTASMA DA REFORMA DA
PREVIDÊNCIA VOLTA A ASSOMBRAR.
SERVIDORES SÃO O PRINCIPAL ALVO

Págs. 04-05

GIRO NOS ÓRGÃOS:
MTB e IBAMA

Pág. 06

PELA IMPUGNAÇÃO DA
CANDIDATURA DE BOLSONARO!

Pág. 07

TEMER PODE TER ASSINADO NOVO AI-5 /
CONSELHO DELIBERATIVO DO SINDSEF-SP
APROVA POSIÇÃO PARA O 2º TURNO

Pág. 08



2º TURNO

É preciso derrotar Bolsonaro, nas urnas e nas ruas, e intensificar nossa luta contra qualquer um que ataque nossos direitos!

O Sindsef-SP, coerente com sua história e sua bandeira classista, de luta e independente, será oposição ao governo de qualquer dos dois candidatos que sejam eleitos. Seja o Haddad/PT ou o Bolsonaro/PSL. Fomos oposição a todos os governos. Consideramos um absurdo a corrupção, os ataques aos direitos dos trabalhadores, a defesa dos banqueiros, ruralistas e dos grandes empresários que os governos sempre fizeram, com isenções de impostos, enquanto arrancavam o nosso PIS e Seguro desemprego, como fez a Dilma ou a aprovação da Reforma Trabalhista como fez Temer.

Depois de 13 anos de governos do PT e do Governo Temer, as eleições ocorrem em um momento em que os trabalhadores, com razão, estão indignados com a falta de emprego, o aumento da violência e com a roubalheira geral que tomou conta de nosso país. Uma situação que, como se fala por toda parte, ninguém aguenta mais. O sentimento de indignação contra tudo isso tem colocado os trabalhadores e o povo pobre de nosso país em “pé de guerra” e mobilização. Estamos diante de uma enorme polarização política e social contra essa que é uma verdadeira guerra social contra os pobres.

No primeiro turno, defendemos que era necessário organizar uma rebelião operária e popular para de-



Foto: Reprodução/Google

fender os nossos direitos. Chegamos no segundo turno e compartilhamos da mesma indignação de boa parte da população, mas, viemos aqui dizer que votar em Bolsonaro é dar um tiro no pé. Especialmente porque Bolsonaro, além de não ser menos corrupto do que o PT, vai também fazer a reforma da previdência do Temer, que nós impedimos com Greve Geral no ano passado, vai tirar o 13º e as férias. Bolsonaro esbanja provocações com suas propostas em defesa dos ricos, da retirada de nossos direitos, com seu racismo, machismo e preconceito, explicitamente assumido, contra os mais pobres e nordestinos. Pior ainda, ele defende abertamente a Ditadura Militar e os torturadores, ameaça atacar as liberdades democráticas e as organizações dos trabalhadores como, por exemplo, os sindicatos.

O chamado “fim do ativismo”, defendido por Bolsonaro, significa uma tentativa de pôr fim ao direito de lutarmos e fazermos greves e manifestações pelo direito à terra, à moradia ou em defesa dos nossos direitos trabalhistas e sociais. Ele pretende ainda, na base repressão, acabar com o direito das mulheres, negros e negras, camponeses, índios, quilombolas e LGBTs de se mobilizarem por suas pautas. Fruto desse discurso, estamos assistindo a brutais episódios de caráter protofascistas, com agressões, espancamentos e até assassinato de pessoas pelo fato de expressarem sua oposição a esse projeto excludente, opressor e defensor do fim das liberdades.

Bolsonaro, o general Mourão e o os setores da cúpula militar que vão compor seu governo, já disseram que podem dar um golpe e acabar com o

direito de ter oposição e liberdade de opinião no país. Vão querer impedir com repressão que tenhamos liberdade de lutar, de nos manifestar, de sermos oposição. Na ditadura que existiu de 1964 a 1984, não podíamos fazer greve. Quem discordava podia ser preso ou morto e torturado, não havia liberdade de imprensa, havia censura prévia e só podia ser noticiado o que os militares deixavam.

Se Bolsonaro, não representasse e não defendesse um projeto e uma possibilidade de ser um governo autoritário, e de ditadura, e incluísse muitos militares remanescentes da ditadura militar no seu governo, chamaríamos simplesmente a votar nulo. Mas, chamamos a votar 13 hoje, sem dar nenhum apoio ao PT e desde já decidindo ser completa oposição ao Haddad, para ter liberdade para lutar e melhor combater na defesa dos nossos direitos e pelas mudanças do país, para derrotar Haddad e construir uma alternativa nossa, não uma ditadura. Esse posicionamento não significa alimentar nenhuma ilusão ou apoio político ao PT, seus aliados e seu projeto de colaboração de classes, contra o qual, aliás, sempre lutamos e tivemos de enfrentar durante mais de uma década.

Destacamos, que, para nós indicar aos trabalhadores que votem 13 neste segundo turno, para derrotar Bolsonaro, tem o único objetivo de impedir que o mesmo e seus aliados

Expediente:

JORNAL DO SINDSEF-SP - Publicação mensal do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Federal do Estado de São Paulo - Rua Boa Vista, nº76 - 3º andar, Centro, São Paulo/SP - CEP: 01014-000
Tel.: (11) 3106-6402 | Site: <http://www.sindsef-sp.org.br> | Facebook: [sindsef-sp](https://www.facebook.com/sindsef-sp) | E-mail: imprensa@sindsef-sp.org.br | Jornalistas responsáveis: Fábica Corrêa (MTB 31270/RJ) / Lara Tapety (MTE 1340/AL)
Coordenou esta edição: Eliana Maciel | Tiragem: 5.000 Exemplares | Projeto Gráfico / Diagramação: Lara Tapety | Impressão: LTJ Editora Gráfica Ltda



Foto: Reprodução/TV Globo

cheguem eleitoralmente à Presidência da República. Dessa forma, reiteramos a compreensão de que nossa principal arena para derrotar projetos ditatoriais ou mesmo de colaboração de classes será sempre a luta direta, a efetivação prática de mecanismos de autodefesa e o enfrentamento direto contra esses projetos e seus representantes.

Ressaltamos que, frente ao aprofundamento dos ataques aos direitos, temos assistido a uma enorme disposição de luta e resistência da classe trabalhadora que não para de fazer greves, mobilizações, retomada de territórios, ocupações urbanas e rurais, manifestações por inúmeros temas democráticos e uma infinidade de outras ações exercidas pelos diversos setores oprimidos e explorados. Destacamos o protagonismo das lutas e mobilizações promovidas pelas mulheres em todo esse período, inclusive agora quando, em meio a esse proces-

so eleitoral, ocorreu um novo ponto alto, no último dia 29 de setembro, com poderosos atos e manifestações conduzidos sob a bandeira “#Elenão” contra Bolsonaro! Também ressaltamos o fato de, recentemente, termos realizado a maior greve geral das últimas décadas em nosso país. Portanto, nossa classe não está derrotada. Mesmo assim, nossas condições de vida só estão piorando.

Então, somado a essa orientação referente ao segundo turno dessas eleições, nosso sindicato, junto com nossa central, a CSP Conlutas, mais uma vez, faz um chamado imediato às Centrais Sindicais e às organizações do movimento de massas para iniciarmos desde já a preparação de uma nova Greve Geral. Isso é necessário porque, além do fato de Temer estar anunciando votar a Reforma da Previdência ainda esse ano, sabemos que, para atender os interesses do “mercado”, ganhe quem ganhe essas eleições, virão fortes ataques aos nossos direitos trabalhistas, previdenciários e sociais. Visando aumentar nossa capacidade de luta, unidade e enfrentamento a esses ataques devemos nos apoiar em iniciativas e chamados comuns dos movimentos como, por exemplo, o já construído e publicado entre as centrais sindicais que diz: “Reforma da Previdência: Se botar para votar, o Brasil vai parar, de novo”!

Está evidente que, nesse segundo turno, nossa tarefa é derrotar essa candidatura nas urnas e nas ruas, pois, se eleito, Bolsonaro vai governar e atacar as mobilizações, as lideranças e as liberdades democráticas. Ele o fará com o apoio ativo do aparelho repres-

or das Forças Armadas, como ele mesmo anuncia. É, especialmente, por esse motivo que temos de derrotá-lo.

Considerando que, no caso de ser eleito, Bolsonaro lançará mão de mais repressão contra as nossas lutas e atacará duramente as liberdades democráticas, como ele mesmo assume, não podemos dar-lhe um milímetro de espaço sequer para que essa nefasta possibilidade ocorra. Por isso, no marco da defesa da

autonomia e prática da democracia operária de cada uma de nossas entidades, chamamos nossa classe a votar contra Bolsonaro.

Muitos poderão não concordar com nossa posição, mas nós temos obrigação de dizer. Embora muitos não acreditem, Bolsonaro representa o perigo de autoritarismo e ditadura, de tentar impedir nossas greves e até qualquer oposição, quando ali na frente venhamos todos a discor- dar dele.



Foto: Reprodução/Google

PROPOMOS A MÁXIMA UNIDADE NAS LUTAS EM DEFESA DAS SEGUINTES PROPOSTAS:

- Ditadura nunca mais!
- Pra derrotar Bolsonaro no segundo turno, Vote 13!
- Oposição ao governo desde seu primeiro dia!
- Defesa das liberdades democráticas: do direito de greve, de livre manifestação, de organização e de opinião, de se poder fazer oposição aos governos.
- Em defesa de uma nova Greve Geral contra qualquer um venha atacar nossos direitos!
- Pela revogação imediata de todas as medidas e reformas de Temer!
- Defesa da aposentadoria, contra qualquer reforma da previdência!
- Defesa dos serviços e servidores públicos!
- Suspensão imediata do pagamento da Dívida Pública!
- Defesa dos salários e do emprego: pela redução da jornada de trabalho sem redução dos salários!
- Aumento geral dos salários e congelamento dos preços dos alimentos e tarifas públicas!
- Defesa do 13º, das férias e pela revogação da reforma trabalhista e da lei das terceirizações, para que todos os trabalhadores tenham direitos!
- Prisão e confisco dos bens para TODOS os corruptos e corruptores!
- Defesa do direito das mulheres, dos negros e LGBTs lutarem, apresentarem suas opiniões e se defenderem de qualquer violência.

FISCALIZE AS CONTAS DO SEU SINDICATO! ESSE DINHEIRO TAMBÉM É SEU!
Confira a prestação de contas em nosso site: www.sindsef-sp.org.br



Foto: Fábria Corrêa



Fantasma da Reforma da Previdência volta a assombrar: Servidores são o principal alvo de Bolsonaro e Mourão

A Reforma da Previdência, arquivada da pauta do Congresso Nacional devido à Intervenção Militar no Rio de Janeiro, tem sido um dos temas abordados em meio às eleições presidenciais. Independente de quem seja vitorioso no pleito, a proposta provavelmente será colocada em votação, antes ou depois da posse do novo presidente.

Sempre repetindo o mantra do falacioso déficit previdenciário, as alterações no benefício da aposentadoria continuam a ser apontadas como solução para combater a crise econômica e o endividamento do país. Porém, nada se fala da auditoria da dívida, que consome quase 50% do Orçamento Geral da União.

Os planos de governo apresentados ao TSE, tanto de Fernando Haddad (PT), quanto de Jair Bolsonaro (PSL), possuem trechos sobre o assunto. Mas, Bolsonaro ataca diretamente os trabalhadores do serviço público e pretende privatizar a previdência.



Haddad tem falado em entrevistas em criar um regime único de previdência, incluindo os trabalhadores da iniciativa privada e os servidores públicos, e repactuar os regimes próprios dos estados e municípios, sem detalhar exatamente quais seriam as medidas. Temos que ficar atentos, mas já avisamos que não daremos trégua ao PT, caso vença a eleição e decida retirar direitos.

Já Bolsonaro, como Collor, considera que o serviço público “é uma fábrica de marajás” e o funcionalismo, “o grande problema da Previdência no Brasil”. O candidato garante que “vai acabar com incorporações de gratificações” e também disse ser a favor do aumento da idade mínima para a aposentadoria. Em entrevistas, sugeriu a idade mínima de 61 anos para os homens se aposentarem, com

36 anos de contribuição, e 56 anos para mulher, com 31 anos de contribuição.

Segundo o economista ultraliberal Paulo Guedes, cotado a ser o ministro da Economia num eventual governo do PSL, a proposta seria acabar com o atual regime de repartição da Previdência e criar um regime de capitalização. Por esse regime, o trabalhador contribui individualmente numa espécie de poupança para a sua aposentadoria.

Há ainda a possibilidade de Temer suspender, provisoriamente ou definitivamente, a intervenção na segurança pública do Rio para votar a reforma ainda este ano. O presidente Michel Temer admitiu isso no final de setembro e logo as centrais sindicais se reuniram para dar uma resposta.

A posição unânime entre todas as centrais é de que qualquer tentativa do governo e dos corruptos do Congresso nesse sentido terá reação imediata dos trabalhadores. O mote mantido é: “Se botar pra votar, o Brasil vai parar!”.



BOLSONARO QUER MANTER PRIVILÉGIOS DE MILITARES

Bolsonaro quer retirar os direitos dos servidores e dos trabalhadores do setor privado, mas não quer semelhante tratamento para os militares, porque isso seria obrigar o pessoal da caserna a usar ou “um fuzil ou uma bengala”.

É importante ressaltar que a aposentadoria (chamada de reforma) dos militares é 16 vezes mais cara que a de um beneficiário do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Os militares descontam

apenas 7,5% para a pensão, com direito ao salário integral na inatividade ou reforma. A remuneração inicial dos “oficiais subalternos”, em 2019, com o reajuste, será de aproximadamente R\$ 7,5 mil mensais. Em general, como o vice de Bolsonaro, ganha a partir de R\$ 13,5 mil, mas com as gratificações pode ultrapassar os R\$ 25 mil.

Portanto, se é para falar no suposto déficit, deve-se levar em conta que os militares pesam muito mais nas contas públicas.



MODELO DE PRIVATIZAÇÃO PROPOSTA POR BOLSONARO FOI DESASTROSO NO CHILE

O modelo proposto por Bolsonaro é muito semelhante ao que causou uma tragédia social no Chile, que surpreendeu o mundo ao privatizar a previdência social em 1982. A ideia é que nem o governo, nem as empresas contribuam, mas sim o trabalhador,

como se fosse um plano de saúde. Se ficar desempregado ou não puder pagar, a “aposentadoria” é afetada.

No Chile, cada trabalhador passou a contribuir individualmente com 10% do seu salário para fundos de pensão privados, conhecidos como

Administradoras de Fundo de Pensão (AFPs). As mulheres começam a receber o benefício aos 60 anos e os homens aos 65 e são obrigados a contribuir por, no mínimo, 20 anos.

Contudo, o que ocorreu foi que as AFPs passaram a administrar o dinheiro dos trabalhadores, usando para investimentos e especulação, com vários casos de corrupção e prejuízos, e na hora de pagar as aposentadorias os valores são irrisórios. Longe de representar o que os trabalhadores contribuíram a vida toda, as aposentadorias sequer garantem o mínimo de subsistência.

Segundo levantamentos, 91% dos chilenos aposentados recebem no máximo 235 dólares (726 reais), que representam apenas dois terços do salário mínimo do Chile. No caso das

mulheres, 94% das aposentadas ganham menos ainda. Embora os criadores do sistema tenham previsto que em 2020 as pessoas se aposentariam com 100% de seus vencimentos na ativa, metade daqueles que contribuíram entre 25 e 33 anos receberá pensões equivalentes a apenas 21%.

A reforma da previdência chilena veio quando a ditadura de Pinochet, prestes a completar uma década, enfrentava sua pior crise econômica. O país foi pioneiro, na América Latina, ao migrar do antigo sistema estatal solidário para o modelo de contribuição definida obrigatória, administrado pelo setor privado sob supervisão do governo. Após mais de 30 anos da mudança, ficou claro que não foi uma boa ideia.



Foto: Reprodução/Google

NENHUM DIREITO A MENOS! VAMOS CONSTRUIR A GREVE GERAL DESDE JÁ!

Os ataques de Bolsonaro aos servidores não param por aí. Em consonância com seu discurso, o vice-presenciável do PSL, General Hamilton Mourão (PRTB), defendeu o fim da estabilidade no emprego de funcionários públicos estaduais e federais, mesmo concursados, num evento promovido na Associação Rural de Bagé, no Rio Grande do Sul.

Mourão disse: “Por que uma pessoa faz um concurso e no dia seguinte está estável no emprego? Ela não precisa mais se preocupar. Não é assim que as coisas se comportam. Tem que

haver uma mudança e aproximar o serviço público para o que é a atividade privada”.

Ele também é a favor de acabar com o 13º salário e com o pagamento do adicional de férias para todos trabalhadores. “Se a gente (sic) arrecada 12, como vamos pagar 13 (salários)?”. E ainda: “É complicado e é o único lugar (o Brasil) em que a pessoa entra em férias e ganha mais”, falou para empresários e representantes de associações e sindicatos patronais, em Uruguaiana, no mesmo estado.

Em nota unificada, as oito centrais sindicais brasileiras repudiaram a fala do General:

“Tais direitos, desdenhados por ele, foram conquistados após árduas batalhas travadas e constam nos direitos constitucionais. Ao contrário do que disse Mourão, direitos trabalhistas, como o 13º salário, geram empregos e movem a economia justamente porque nela inserem os trabalhadores.

Vamos entregar o controle do nosso país a pessoas com esse tipo de



Charge: Ênio Lins

pensamento? Não foi para isto que os trabalhadores e as trabalhadoras lutaram tanto!

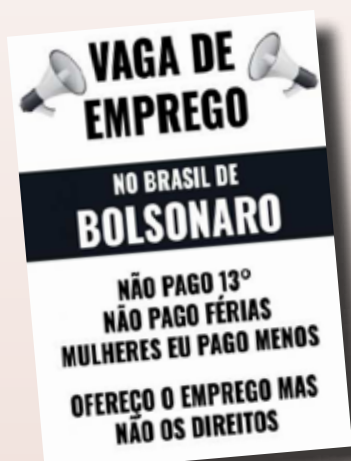
Não podemos aceitar, em hipótese alguma, a retirada dos nossos direitos, nem posicionamentos que diminuam o valor do nosso trabalho e que visam aprofundar a desigualdade social.”

Bolsonaro mandou o vice calar a boca, mas, a verdade é que as declarações fazem parte da sua proposta para uma mudança na reforma trabalhista - que já é ruim e que ele votou a favor enquanto Deputado Federal.

Da mesma forma, ele foi favorável à terceirização geral (PL 4.302/98), ao congelamento dos investimentos públicos por 20 anos (PEC 241/16, transformada em Emenda à Constituição (EC) 95/16) e à entrega do pré-sal (PL 4.567/16, depois PLS 131/15).

O próprio Bolsonaro já chegou a afirmar que o empresariado precisará decidir se o trabalhador terá menos direitos e mais emprego ou o contrário. Isso além de deixar a entender que mulher deve ganhar menos porque engravida e dizer claramente que não empregaria mulher com o mesmo salário que um homem.

A CSP-Conlutas avalia que as falas do vice não são apenas gafes. Conforme o integrante da Secretaria Executiva Nacional da CSP-Conlutas, Paulo Barela: “É o que pensa e o que planejam fazer caso sejam eleitos”. Portanto, a classe trabalhadora deve se organizar desde já. Não podemos aceitar tamanho retrocesso. Dizer “ele não” é urgente. Nenhum voto em Bolsonaro, nenhuma confiança no PT. Pela construção da greve geral!





MTb

GPCOT busca melhorias em condições de trabalho no MTb em âmbito nacional

O Grupo Permanente de Discussão das Condições de Trabalho – GPCOT do Ministério do Trabalho - MTb reuniu-se no dia 16/10, na sede do órgão em Brasília. Este encontro, que foi o terceiro realizado este ano, contou com a participação da Condsef e da Fenasps.

O GPCOT, que voltou a funcionar no segundo semestre de 2018, depois de um recesso de mais de dois anos, foi criado em 2014, com o objetivo de buscar melhorias nas condições de trabalho dos servidores do quadro de pessoal permanente do MTb, em âmbito nacional.

O Sindsef-SP enviou, nas duas últimas reuniões, a servidora Beth Lima, que faz parte do Conselho Deliberativo da entidade e da Comissão

de Servidores do MTb e que integra o GPCOT no período anterior, com o objetivo de expor as péssimas condições em que se encontram os servidores e as unidades do Ministério do Trabalho no Estado de São Paulo. Além disso, para reivindicar, também, a permanência de um representante do Sindicato no grupo de debate. Tal reivindicação foi atendida e está garantida a inclusão de um representante de São Paulo e um do Rio de Janeiro ao GPCOT. O nome do representante deve ser referendado em assembleia do órgão a ser marcada em breve.

A pauta desta reunião tratou dos seguintes temas: Plano de carreira, horas de greves pendentes e realização de concursos.

PLANO DE CARREIRA

Os representantes do governo sinalizaram a intenção de levar ao Ministério do Planejamento a proposta de Plano de Carreira baseado na tabela do Seguro Social de 2010. Como os servidores aprovaram em 2015 uma proposta diferente, que previa integrar percentuais da Lei nº12.277/10 para os Níveis Superior e Médio e da tabela do Seguro-Social para os NA, Beth Lima, pediu um prazo para levar esta proposta do governo para apreciação da categoria, entretanto foi voto vencido. (Leia no site do sindicato a íntegra da proposta e do relatório do GPCOT – www.sindsef-sp.org.br)

HORAS DE GREVE

Os representantes do governo apresentaram um estudo técnico sobre o assunto e informaram que “falta apenas 6,88% de horas a serem compensadas, e que também, existem alguns entraves jurídicos”. Além disso, sugeriram converter as atividades reprimidas durante a paralisação em horas a serem compensadas.

Os representantes dos servidores, insistiram no pedindo de anistia das horas pendentes para aqueles que ainda não concluíram a compensação.

Não foi possível chegar a um acordo neste ponto e o debate seguirá na próxima reunião. O estudo técnico será analisado pelos membros do GPCOT e compartilhado com a categoria.

IBAMA

Servidores debatem a importância da fiscalização da área ambiental na atual conjuntura

O Sindsef-SP, em parceria com o Ilaese (Instituto Latino-Americano de Estudos Socioeconômicos), promoveu, no dia 10/10, uma palestra sobre “O Papel do Latifúndio e do Agronegócio na Destruição das Riquezas Naturais no Brasil”.

A apresentação foi feita pelo advogado Waldemir Soares, que destacou o panorama econômico em que estão inseridos o agronegócio e o latifúndio.

Soares apontou as desigualdades no campo, evidentes na concentração de metade das terras do Brasil nas mãos de 1% de ricos fazendeiros, representando cerca de 50 mil empresas/famílias. Enquanto do outro lado, 2,5 milhões de camponeses pobres se amontoam em 2% do território.

O agronegócio aumenta sua influência com o fortalecimento da bancada ruralista no Congresso Nacional, que reúne 231 parlamentares. Esta situação massacra a agricultura familiar e os camponeses, pois além de todas as desigualdades existentes, os ruralistas determinam também decisões políticas do governo.

O agronegócio, em sua sede de lucro, ocupa mais de 75% da área planificada apenas com a produção de soja, cana e capim. Importamos feijão, banana, maçã e limão, por exemplo, de outros países, sendo que o Brasil é o maior importador de trigo do mundo! Isso ocorre porque a área designada para plantar feijão, arroz e trigo vem sendo reduzida sistematicamente.

Além disso, o Brasil é o campeão mundial de consumo de agrotóxico.



De acordo com o Ministério da Saúde, 2/3 dos alimentos estão contaminados com o veneno.

Os participantes também abordaram temas como a grilagem de terras, os assassinatos de ambientalistas, os números da reforma agrária nos governos FHC e do PT, entre outros.

Sobre as polêmicas declarações do candidato a presidente, pelo PSL, que sugere que o IBAMA “é uma indústria de multas”, Waldemir chamou

atenção para o fato de que o fortalecimento da fiscalização esbarra nos interesses dos ruralistas que atuam para postergar sua implementação utilizando a força política que possuem dentro Congresso Nacional.

O candidato do PSL também tem afirmado que acabará com o Ministério do Meio Ambiente e que esse passará a fazer parte do Ministério da Agricultura. Além de defender absurdos como “relaxar” os processos de licenciamento ambientais e permitir o desmate da Amazônia, utilizando brechas existentes no Código Florestal.

É necessário, e urgente, ampliar a organização dos servidores para enfrentar a bancada ruralista, que continuará forte e pressionando o governo para que seus interesses sejam contemplados.

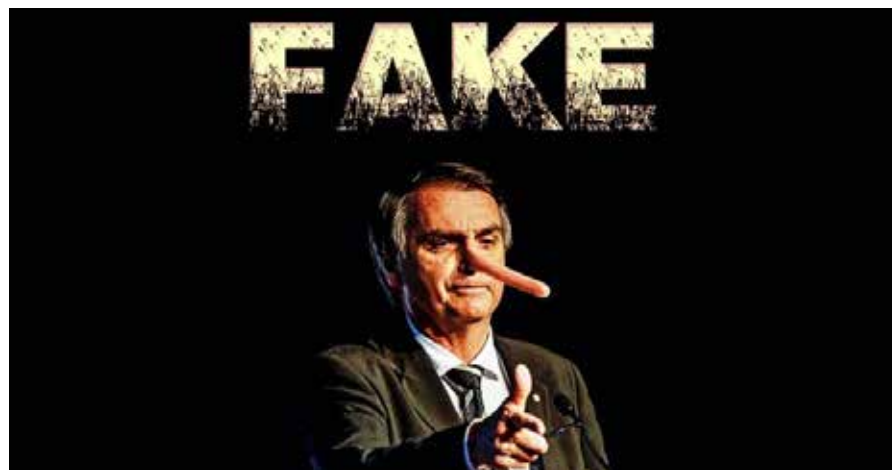


Pela impugnação da candidatura de Bolsonaro!

Reportagem do Jornal Folha de São Paulo revelou que empresas estão contratando pacotes de disparos em massa de mensagens, via WhatsApp, com o objetivo de repercutir informações que favorecem o candidato Jair Bolsonaro. Segundo a Folha, os contratos são para disparos de centenas de milhões de mensagens e chegam a custar R\$ 12 milhões.

De acordo com a legislação eleitoral, a prática é ilegal pois significa financiamento de empresa para a campanha, o que é proibido desde 2015, e o valor não foi declarado, configurando caixa 2. Diante destes indícios de irregularidades, o Ministério Público vai apurar a denúncia, que se for comprovada pode inviabilizar a chapa do PSL (Partido Social Liberal).

A campanha eleitoral de 2018, desde o 1º turno, contou com forte impulsionamento feito pelas redes sociais. Facebook, Instagram e WhatasApp estão cumprindo um papel determinante nesta eleição. Analisando o uso dessas ferramentas, dois fenômenos chamam a atenção: as acaloradas disputas entre eleitores, que deixaram de



lado a apatia política e assumiram um ativismo voraz; e a divulgação de Fake News (notícias falsas). Mas afinal o que são fake news? Na definição estabelecida pelo TSE (Tribunal Superior Eleitoral), é a “divulgação de fatos sabidamente inverídicos”. O termo está na resolução da corte que regula a propaganda nesta eleição e foi divulgada em dezembro de 2017. Candidatos e eleitores que espalharem notícias falsas podem ser punidos. Os apoiadores de Bolsonaro também são acusados de produção e divulgação de Fake News. O conteúdo das postagens, contra o PT e favorável a Bolsonaro, também serão investigados pela Polícia Federal.

O ESQUEMA

Empresários compram um serviço chamado “disparo em massa”, que envia milhões de mensagens. As empresas contratadas enviam os posts para uma lista de contatos do próprio candidato e/ou para bases vendidas por agências de estratégia digital. Esta prática é ilegal, pois em 2015, o STF (Supremo Tribunal Federal) proibiu contribuições de pessoas jurídicas. Desde então, apenas pessoas físicas podem doar dinheiro para campanhas.

Além disso, as empresas de marketing digital utilizam números no exterior para enviar milhões de mensagens, burlando as restrições que o WhatsApp impõe a usuários brasileiros. As atividades também envolvem a compra de base de terceiros, vendidos de forma irregular.

Quando usam bases de terceiros, essas agências oferecem segmentação por região geográfica e, às vezes, por renda. Enviam ao cliente relatórios de entrega contendo data, hora e conteúdo disparado. Entre as agências prestando esse tipo de serviços estão a Quickmobile, a Yacows, Croc Services e SMS Market. Muitos internautas alegam que fazem a divulgação espontaneamente, porém as regras previstas em lei precisam ser seguidas. O político pode divulgar propagandas e seus apoiadores podem repassar as mensagens, desde que isso não envolva pagamentos, nem sejam usados meios tecnológicos para burlar o sistema do WhatsApp (com o uso deliberado de diferentes chips, por exemplo).

Segundo a Folha, Luciano Hang, dono da rede de lojas Havan, está entre os empresários que pagaram pelo “disparo em massa”. Ele já foi obrigado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) a retirar de seu Facebook

um vídeo, que tinha sido pago para alcançar mais pessoas, com conteúdo favorável ao presidencial. A empresa também precisou se explicar à Justiça do Trabalho, após o empresário ser acusado de pressionar seus funcionários a votar em Bolsonaro. Especialistas em legislação eleitoral, apontam pelo menos três irregularidades: doação de pessoa jurídica; gasto com campanha não declarado; e compra de lista de contatos para divulgar propaganda política.

Bolsonaro negou qualquer envolvimento no caso. Alegou não ter “como saber e tomar providência. No entanto, juristas e especialistas no tema, afirmam que o candidato pode ser responsabilizado caso se beneficie de apoio ilegal. “Existe a figura do beneficiário consentido, que é alguém que está sendo favorecido e não toma providência para que a conduta ilícita seja interrompida”, afirmou o advogado Luciano Santos, diretor do Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral (MCCE).

Empresários e apoiadores que tenham bancado a divulgação de mensagens podem ser punidos com multa ou com outras medidas que a Justiça decidir aplicar. A situação se agrava se o conteúdo espalhado for falso. Nesta sexta-feira, 19, o aplicativo WhatsApp enviou notificação extrajudicial as empresas Quickmobile, a Yacows, Croc Services e SMS Market determinando que parem de fazer envios de mensagens em massa e de utilizar números obtidos pela internet.

Levando em conta Código Eleitoral - Lei 4737/65, é também anulável a votação, quando viciada de falsidade, fraudes, coação, ou emprego de processo de propaganda ou captação de sufrágios vedado por lei. Por essa razão, exigimos a impugnação da candidatura de Jair Bolsonaro.





Temer pode ter assinado novo AI-5

No apagar das luzes de seu mandato e já preparando o terreno para o próximo governo, Temer e o General do Exército Brasileiro e atual Ministro-Chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência do Brasil, Sergio Westphalen Etchegoyen, assinam o Decreto nº 9.527, criando a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil. Sem definir o que é crime organizado, seu papel será “analisar e compartilhar dados e produzir relatórios de inteligência com vistas a subsidiar a elaboração de políticas públicas e a ação governamental no enfrentamento a organizações criminosas que afrontam o Estado brasileiro e as suas instituições”.

Seu conteúdo é baseado na formação do Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-



Foto: Reprodução/Google

-CODI), criado em 1969, com o objetivo de coordenar e integrar as ações dos órgãos de repressão a indivíduos ou organizações de grupos da esquerda que representassem ameaça à manutenção da segurança do regime militar.

Com esse decreto, basta definir que movimentos sociais urbanos e rurais são organizações criminosas

para reprimi-los.

Como é uma questão de segurança nacional, a força será constituída pelo GSI, a ABIN (Agência Brasileira de Inteligência), os serviços de inteligência da Marinha, do Exército, da Aeronáutica, com o apoio da COAF (Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda), Receita, Polícia Federal,

Polícia Rodoviária Federal, Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Segurança Pública; Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Segurança Pública.

Os representantes serão indicados no prazo de dez dias, obviamente para reprimir qualquer manifestação contra o resultado das eleições. Os ricos e poderosos necessitam realizar duros ataques aos trabalhadores e precisam de mais repressão. No entanto, para instalar uma ditadura militar, terão de derrotar a classe na ação. A classe vai reagir contra os ataques que virão e precisa estar organizada pela base.

Por isso, propomos construir uma Frente Única, que una todas as organizações dos trabalhadores, toda a nossa classe, para lutar em defesa de nossos direitos, para resistir contra os ataques que virão.

Ditadura Nunca Mais! Não passarão!

Conselho Deliberativo do Sindsef-SP aprova posição para o 2º turno

O Sindsef-SP convocou reunião emergencial do Conselho Deliberativo da entidade para aprovar posicionamento sobre o 2º turno das eleições presidenciais. Por unanimidade foi aprovada a proposta da diretoria de derrotar Bolsonaro nas urnas e nas ruas, expressa na nota publicada nas páginas 2 e 3 deste jornal.

Os delegados analisaram o que esta candidatura representa para os serviços públicos e para os servidores. Bolsonaro, coerente com sua postura subserviente aos ricos, afirma com todas as letras que o problema da Previdência são os servidores! Que é preciso terceirizar, privatizar e redu-

zir o tamanho do Estado. Bolsonaro tentará seguir o receituário implantado nos países europeus quando a crise lá se instalou: atacará inicialmente o funcionalismo, os aposentados e a juventude, para depois atacar os demais setores.

Os delegados entenderam que estamos diante de uma situação bastante grave e que não podem ficar omissos. Foi deliberado que todos conversarão com os familiares, amigos, vizinhos. É preciso, e possível, reverter o máximo de votos. Ainda dá tempo para virar este jogo! Boa parte dos que declaram voto em Bolsonaro podem mudar de opinião se a discussão for feita com paciência e tranquilidade.



Foto: Fábria Corrêa

O Conselho Deliberativo faz um chamado ao conjunto dos servidores para que se somem a essa empreitada. Mãos a obra! Faltam poucos dias,

mas é possível jogar pra longe esta ameaça! #EleNão, em defesa das nossas liberdades democráticas e de nossos direitos!